

IV Congresso Científico Internacional da RedeCT-congresso.redect@gmail.com 07 a 10 de novembro de 2023 – UNAMA/PA e FAAC-UNESP / Bauru/SP Universidade da Amazônia – UNAMA (Campus Alcindo Cacela/Belém – PA, Brasil)

GT 1 – Povos Originários e Povos Tradicionais

Título: Nhandecy, Cuidado Ancestral e Acolhimento e Cooperação de Nhanderú Etê.

Reinaldo de Jesus Cunha¹

Sergio Ricardo de Lima ²

Luiz Henrique Chad Pellon³

Darci Nunes de Oliveira ⁴

Ana Beatriz Paz Araújo ⁵

Resumo: Com o presente artigo: Nhandecy, Cuidado Ancestral e Acolhimento e Cooperação de Nhanderú Etê/ & MARICÁ/maraká; pretendemos com estudos da antropologia social já disponibilizados através de laudos antropológicos dos Mbya e Nhandeva, publicados por autores renomados em redes sócias. Analisar os efeitos dos seus Deslocamentos de Paraty Mirim para o Município de Maricá/Camboinhas; e posterior fixação na Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoa Ka' Aguy Ovy Porã); a terra prometida. Segundo o que contam... os segredos da escuta ancestral é contada ao pé do ouvido do pajé, que está sempre aberto a ouvir e repassar a comuna, os segredos e os desígnios de 'Nhanderu Etê'. Nessa empreitada está permanecer, caminhar, reagrupar, interiorizar, ou retornar o território tão logo o conflito sessem. E com base nos quatro princípios guaranis: "Terra Como Mãe; O Cuidado Ancestral; O Acolhimento e Cooperação": demonstrar o auto grau de evolução civilizatório do modo de 'Ser Guarani', em contraposição ao princípio: 'Ter, Saber e o Poder' do modelo ocidental do 'Encobrimento do Outro'. Também faremos um pequeno retrospecto das dificuldades da permanência da Aldeia guarani - Aldeia Céu Azul, – AraHovy/Maricá; devido área habitada não dispor de água e possibilidade de plantar seus próprios alimentos, por ser área de parque, impactando em Leis ambientais. E por último:

¹ Mestrando em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional – reinaldopotiguara@gmail.com

² Mestrando Programa de pós-graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, da Universidade Federal Rural do RJ (PPGPS/IF/UFRRJ) – sergioricardocampanha@gmail.com

³ Doutor em Ciências. Professor Associado do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública/UNIRIO- luiz.pellon@unirio.br

⁴ Programa de Formação para educação Escolar Guarani KAA –MBO 'T - História Guarani – Magistério Nível Médio.

⁵ -Enfermagem, FAETC – Secretaria de Estado e Educação do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: biapazaraujo72@gmail.com

⁶-Trajetória Histórica Guarani Mbyá: DE PARATY MIRIM A NITERÓI- CRISTINA R. CAMPOS* MARLUCI REIS** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307199930_ARQUIVO_ANPUH.TRAJETORIAHISTO_RICAGUARANIMBYA.DEPARATYMIRIMANITEROI.pdf

A consolidação no território de Paraty/RJ, da Aldeia Tekoa Jevy/Rio Pequeno, Avá guarani, que em guarani quer dizer: ‘A Terra Está de Volta’.

Palavras Chaves Nhandecy; Cuidado Ancestral; Acolhimento; Cooperação; Nhanderú Etê”.

Introdução: O ideal de uma ‘Terra Sem Males’ boa para viver, plantar, procriar e transmutar logo depois para além mar ao encontro de Nhanderú etê é uma constante na busca pela Terras Sem Males do povo Guarani. E essa busca por dignidade em uma terra de ‘brancos’ gananciosos por mercadorias, quinquilharias em prejuízo da natureza, não mudou nos dias atuais. O que leva os guaranis está sempre preparado para Guerrear como um Xondaro com o uso do maracá, em cânticos louvor de Nhanderú etê. Lutar contra o apagamento da sua história; escravidão e saberes ancestrais. Os indígenas estabeleceram estratégia de sobrevivência, a principal: sair do lugar, migrar para outros territórios ou até mesmo, silenciar-se. O êxodo guarani, segundo os estudos da [Trajetória Histórica Guarani Mbya: de Paraty Mirim a Niterói](#), descritos por CRISTINA R. CAMPOS* MARLUCI REIS**

[...] “Tudo começou com a chegada dos espanhóis à Asunción, em 1537, sendo que parte da nação Guarani se deparou com os nãoíndios e, assim, permaneceram perante toda o período colonial. Cabe frisar que o genocídio provocado pelos conquistadores europeus foi emanado pela guerra, maus-tratos, epidemias e cativeiro. [...] Dos “quatorze grupos Guarani que viveram nos séculos XVI e XVII, dez desapareceram”. E ainda, os quatro grupos sobreviventes – Chiriguano, Pai-Tavyterã ou Kaiowá, Chiripá ou Nhandeva e os Mbyá – usavam “os dialetos da língua Guarani”, ou seja, empregavam a “família linguística TupiGuarani; tronco linguístico Tupi” (CHAMORRO ARGUELLO, 1999:2). No período de 1610 e 1768, milhares de Guarani foram unidos pelos jesuítas nas chamadas “reduções”. Para sobreviverem criaram uma comunidade “organizada e autossuficiente”, que resistiu por longo tempo às “investidas de caçadores de escravos espanhóis e portugueses” (LIMA, 1996:14). Assim, parte desse povo foi incorporada pelas engrenagens da imensa complexidade colonial, nas diversas encomendas espanholas, sofrendo importante e contíguo acidente demográfico. Desses grupos encomendados não sobrou mais de dez por cento da população original, dizimada tanto pela intensidade do trabalho forçado, quanto pelas diversas doenças trazidas pelos conquistadores”.

Além da presença dos estrangeiros, havia conflitos entre vizinhos e com familiares por circunstâncias próprias e/ou improprias devido aos deslocamentos forçados. Podemos destacar que os conflitos com Juruá: fizeram os guaranis embrear-se pelas matas, percorrem milhas e milhas na busca de um lugar ao sol. De preferência, o lugar escolhido teria que ter: água em abundância e terra boa para plantar. Ali no lugar escolhido é feita a Opy (casa de reza); Pois os segredos são contados ao pajé que repassa a comuna para a distribuição das tarefas diárias. “A Opy é o ponto de conexão da memória ancestral e coexistência guarani”. Segundo ⁷ [Kaká Werá](#), a cultura guarani se sustenta em quatro princípios: “O primeiro: a Terra Como Mãe; O Segundo: O Cuidado Ancestral; O Terceiro: O Acolhimento; O quarto e último: A Cooperação”; pois, ela é Nhandecy:

[...] Na língua guarani, ela é chamada Nhandecy: a nossa mãe. Alguns estudiosos até conseguem se identificar com esse princípio como uma bela metáfora, um belo símbolo. Esse princípio da terra como mãe é fundamental para haver uma troca, uma interação, uma escuta com essa cultura ancestral. Porque realmente a terra é uma grande mãe, a terra é uma entidade viva, uma inteligência, uma consciência, não é simplesmente uma metáfora, uma força de expressão O segundo princípio é o cuidado. Não se muda o curso de um rio, não se desagrega, não se derruba uma área extensa de árvores. Por quê? Por conta desse segundo princípio. Primeiro: A terra é nossa mãe. Segundo princípio: todos nós somos parentes. A

⁷ Texto extraído da [Revista](https://bodisatva.com.br/terra-e-de-nhanderu/): <https://bodisatva.com.br/terra-e-de-nhanderu/> A terra de Nhanderú – Encontro de Lideranças indígenas Kaka Werá sobre os quatro princípios guaranis no Caminho do Meio.

⁸ –Pag 47 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 24 de abril de 2017 – FUNAI – Presidente/despacho

⁹ –Trajetória Histórica Guarani Mbyá: de Paraty Mirim a Niterói- CRISTINA R. CAMPOS* MARLUCI REIS** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

terra é nossa mãe. Segundo princípio: todos nós somos parentes. Todos nós, quem? Todos nós homens, reino vegetal, reino animal, reino mineral, quer dizer, todos nós somos parentes. O reino animal antecedeu ao reino humano, o reino vegetal antecedeu ao reino animal, o reino mineral antecedeu ao vegetal, eles são os nossos ancestrais. O princípio da hospitalidade parte da ideia de que somos todos ancestrais, resultado de uma ancestralidade que é treinada, somos todos filhos de uma mesma mãe, consequentemente de um mesmo pai. Esse princípio da ancestralidade custou caro aos guaranis porque foi assim que os gananciosos foram chegando e ocupando. O quarto princípio é o princípio do Puxirum, que é uma palavra estranha, mas todos vão saber o que é essa palavra. Todo mundo sabe o que é o Puxirum. Puxirum foi se aportuguesando, virou Mutirun, foi se aportuguesando, virou mutirão. O princípio do mutirão, do moitará. Dependendo de algumas, de alguma região, se fala moitará ou mutirão. O que é o princípio do Puxirum, Mutirun, mutirão, moitará”?

De qualquer modo os povos caçadores coletores da floresta, chamados de povos originários, e aí incluindo uma centenas de comunas indígenas, migram e emigram pelo continente sul americano. Segundo os estudos antropológicos de [8Antônio Fernandes Toninho da Costa](#), a linha de parentesco é o que distingue os vínculos com o grupo, inclusive com os nomes das famílias, sejam: Mbya, Nhandeva e Kaiowa, antes da migração para Paraty, Angra e Maricá.

[...] A região amazônica central é identificada como área de origem dos povos da família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi, à qual é filiada a língua Guarani. [...] A migração para o sudoeste e sul do continente americano, visaram à ocupação culturalmente orientada de áreas ecológicas, dando origem os deslocamentos das populações Guarani em direção às regiões a sociedades distintas. O território guarani se estende na região compreendida entre os rios Paraná e Paraguai, na província de Misiones na Argentina, no noroeste boliviano e sudeste do Uruguai, na região oriental do Paraguai, no Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul até o Espírito Santo. Às vésperas da invasão europeia, o contingente populacional totalizava cerca de 1,5 milhões de pessoas ou mais. A ocupação territorial era caracterizada pelas movimentações entre aldeias (tekoha) que constituíam unidades familiares político-sociais, articuladas em conjuntos territoriais como grandes unidades linguísticas e culturais. Famílias extensas, sob a liderança política e espiritual do avô e/ou avó, se assentavam nas proximidades de cursos d'água e onde se reuniam as condições geográficas, ecológicas e estratégicas necessárias para exercer seu modo de ser, definido pelas normas de conduta, pautadas em sua sociocosmologia. [...] Os espaços das famílias extensas eram separados por uma área de exploração comum, percorridos por rede fluvial e trilhas, viabilizando relações de parentesco e comunitárias, por meio da circulação de pessoas segundo a lógica guarani da andança. A criação de novas famílias extensas, mortes, conflitos, altos crescimentos demográficos, limitação de áreas para plantio, calamidades naturais e pressão de grupos vizinhos desestabilizando os centros habitacionais, junto ao domínio colonial, foram responsáveis pela intensificação das atividades rituais de caráter salvacionista desencadeando processos migratórios e traslados, como negação e transformação da ordem colonial, e de afirmação indenitária e liberdade de movimento. [...] No século XX, critérios linguísticos, culturais e parâmetros espaciais diferenciaram os grupos Guarani no Brasil, sendo três principais: Nhandéva, Kaiowa e Mbya. O Nhandéva (nossa gente, os que nós somos) é autodenominação inclusiva dos diferentes grupos guarani. A língua materna constitui um fundamento indenitário, pois as pessoas são construídas socialmente por meio de suas palavras, e a oratória é salvaguardada como técnica importante de transmissão de conhecimentos. Em grande maioria, os grupos Guarani são bilíngues e dominam a língua oficial dos Estados nacionais onde vivem. O povo Guarani compõe a maior população indígena do país, habitando vários estados da federação”

[Estudos e laudos antropológicos](#) apontam que os compõe a maior população indígena do país, habitando vários estados da federação. A ocupação no litoral sudeste do Brasil, no sul fluminense, no Município de Paraty, aconteceu no ano 1958. Este grupo se juntou à outros, que vinham em migração desde as aldeias guarani existentes nas TIs Rio das Cobras (PR) e Rio Branco (SP). As famílias foram convidadas a residir no lugar conhecido como o "morro da hortinha", por um não indígena que trabalhava na antiga Fazenda Graúna, para proteger e assegurar a posse de particulares sobre o local. A aldeia recebeu também famílias provenientes de Parati Mirim, devido à violência contra os guaranis, que redundou na morte de uma mulher e criança, o grupo se dispersou para outros territórios ao longo de Paraty, Angra dos Reis e Maricá.

[...] A caminhada deste grupo familiar Mbya que deu origem a várias aldeias ao longo do litoral sudeste do Brasil, tendo ocupado o litoral sul fluminense, no Município de Paraty, em 1958. Este grupo se juntou à outros, que vinham em migração desde as aldeias guarani existentes nas TIs Rio das Cobras (PR) e Rio Branco (SP). As famílias foram convidadas a residir no lugar conhecido como o "morro da hortinha", por um não indígena que trabalhava na antiga Fazenda Graúna, para proteger e assegurar a posse de particulares sobre o local. A aldeia recebeu também famílias provenientes de Parati Mirim chegando a seis núcleo se somando cerca de 40 pessoas. [...] Os indígenas e outros regionais relataram sobre o período de permanência do grupo e sobre a possibilidade de ocupação da área, sendo que a mata da Bacia do Rio Pequeno constituía um espaço de uso comum dos Mbya da região. Foi identificada na área uma formação rochosa reconhecida como um marco de eleição sagrada do lugar para os Guarani. As relações com os regionais se tornaram mais frequentes na época do trabalho nas plantações de bananas, principal atividade econômica da região. Na segunda metade dos anos 1960, a comunidade foi alvo de violento ataque, com a ocorrência das mortes de uma mulher e uma criança, forçando com que o grupo abandonasse

o local e se dispersasse para outras aldeias no litoral. As alianças de casamento entre famílias mbya do litoral sudeste e ñandeva sul-mato-grossenses desencadearam fluxos constantes entre as aldeias Boa Esperança (ES) e Porto Lindo (MS). O intensivo e violento conflito fundiário no Mato Grosso do Sul desencadeou novos processos migratórios em direção ao litoral sudeste, assim o grupo ñandeva se deslocou para a área de onde haviam sido expulsos. O tekoha, como espaço habitado, comporta de forma consorciada, áreas de caça, de pesca, de coleta, de moradia, de roça, trilhas, locais de perambulação e locais sagrados ou "intocados", tendo como eixo cada unidade habitacional. Como unidade política, religiosa e territorial, é definido pelas características materiais e imateriais de acessibilidade ao espaço geográfico por parte das famílias que a ele pertencem, não se tratando de uma categoria estática e atemporal. Os grupos domésticos que compõem a família extensa constituem unidades de produção, distribuição e consumo, na apropriação, uso e manejo dos espaços, nas atividades rituais que renovam o calendário ecológico e econômico e nos intercâmbios com as outras aldeias. As famílias nucleares têm relativa autonomia em relação à sua produção, cooperando no trabalho na roça familiar e nas roças comunitárias nas atividades extrativas e, quando ocorre, no trabalho para brancos, onde há troca, distribuição e redistribuição dos bens produzidos. Enfrentando a progressiva redução das matas, os Guarani continuam ocupando os locais dos ancestrais, sendo indispensável a conservação dos lugares considerados sagrados para a manutenção do seu modo de ser. Guiados pelos líderes espirituais, os grupos familiares buscam os locais sagrados, que são ocupados a partir de uma escolha ou uma concessão dos deuses, revelados aos xamãs através dos sonhos. O cultivo do milho-guarani é imprescindível para a construção da pessoa e da vida coletiva, renovando os ciclos da produção do tekoha e os vínculos dos humanos com as divindades”.

Ainda sobre os deslocamentos de Paraty Mirim para Camboinhas, as discussões até o presente, tem sido bastante controverso, pois o lugar embora bonito, atraente com possibilidades de venda do artesanato e apoio ou não de alguns moradores, ainda não é o lugar preferido na Ocupação de Território em Maricá. Segundo Cristina Campos e Marlucci Reis, relativo a família de Lídia Nunes e & Oliveira. A família migrou da aldeia de Pinheiros, no Estado do Paraná, com o nascimento da índia Lídia Nunes. Segundo a mesma: Aos dezenove anos, Lídia casou-se com o Juruá (não índio) Pedro Oliveira no Paraná. Dessa união nasceram seus primeiro filhos: A primeira, Iraci, seguida de Iracema, Darcí, Jurema, Isaías e Nivaldo. E Depois em Paraty, nasceram outros filhos: Amarildo, Juliana e Márcia.

[...] “No desenrolar dessa trajetória familiar, desenha-se um cenário de convivência na Aldeia de Itaxi, localizada próximo à rodovia Rio-Santos, no distrito de Paraty Mirim, município de Paraty. A aldeia possui aproximadamente 100 habitantes, ocupando uma área de 79 hectares, onde fazem suas roças e se ocupam da produção da arte indígena como adornos corporais, cestos, esculturas em madeira, entre outros objetos, gerados para a sobrevivência da família e dos núcleos por ela formada. A ocupação se deu em diferentes momentos, desde o final da década de 1940. A área foi desapropriada para fins de reforma agrária pelo governo estadual dando espaço a um grupo de Guarani Mbyá fixar residência. [...] “A família de Lídia e Pedro era também responsável pela produção significativa do artesanato, que era comercializada na rodovia RioSantos e na cidade de Paraty. Sobreviviam, também, do que era acolhido na roça e da apresentação do Coral, aos juruás, formado por crianças e jovens do seu núcleo familiar. Do mesmo modo a família de Miguel o fazia, causando assim, motivos de disputa entre as lideranças. [...]A busca de um tekoha mais feliz e o conhecimento de uma Terra a ser preservada, localizada em Camboinhas, ocasionou o deslocamento da família. A Terra referida trata-se de um sambaqui, lugar que guarda resquícios arqueológicos e comprobatórios da existência indígena. O Guarani Joaquim Verá argumenta que eles têm receio de que a memória de seus antepassados seja desrespeitada, como já ocorreu com a construção de um prédio em cima de parte do Sambaqui localizado em Camboinhas, sendo assim, pretendem permanecer no local, considerado sagrado por eles, com vistas a salvaguardá-lo”.

Ocupar ‘Camboinhas’ para Pablo Antunha Barbosa e Tônico Benites: [Relatório Antropológico \(2019\)](#) de Eleição de Terra Indígena Localizada no Município de Maricá; foi grande desafio para os ocupantes. No estudo antropológico na Instrução Executiva nº 67/2009/DAF/FUNAI de 26 de Junho de 2009, com objetivo de levantar dados antropológicos e cartográficos necessários para fundamentar o processo de regularização fundiária de área no município de Maricá a ser destinada a comunidade indígena Mbya-Guarani, Tekoa Kaaguy Hovy Porã. Na parte III do relatório circunstanciado assinados pelos antropólogos: Pablo Antunha Barbosa e Tônico Benites; Com relação ao – Histórico da formação da Aldeia de Itarypu e de Mbo’yty. Descrevem os autores, que desde a década de 1950 com a abertura da estrada Rio Santos, os estudos evidenciam que já haviam ocupação tradicional guarani no território. Segundo as mesmas fontes?

Em 18/12/2008 em Niterói, em uma Reunião realizadas entre as lideranças Mbya - Guaranis de Camboinhas; representantes da FUNAI e de ONG CCOB (Conselho Comunitário da Orla da Baía de Niterói), já havia conflitos, mas que a reunião estabeleceu um tipo de acordo, que consistiu pela permanência dos guaranis. Tal informação descrita na Informação Técnica n.1; teve o objetivo: “Levantar dados antropológicos e cartográficos necessários para fundamentar o processo de regularização fundiária de área no município de Maricá destinada a comunidade indígena Mbya-Guarani que ocupa atualmente área da praia de Camboinhas, no município de Niterói, ambas no Estado do Rio de Janeiro”. Isso tudo, devido as dificuldades da FUNAI encontrar um espaço adequado em Camboinhas. Consta também no relatório: Que a Prefeitura de Maricá em maio de 2019, em articulação com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Rosângela Zeidan, na reunião, manifestou-se no sentido de encontrar um território, no próprio município de Maricá, área conhecida como “Morro do Mololó”. No mesmo relatório consta que um processo administrativo de n. 8691 com o objetivo de regularizar a área acima citada para o grupo Mbya-Guarani de Camboinhas: “A área oferecida para a instalação da aldeia fica próxima ao Canal da Costa, estando distante, porém, da Orla da Lagoa e da APA, num espaço de aproximadamente 470.000 m² de terreno”. ‘Dona Lídia Nunes’, que liderou a ida de Paraty Mirim para Camboinhas, na reunião, manifestou-se no sentido da permanência no local, com as seguintes preocupações quanto a permanência no novo local: “Que a área, atendesse ao ‘Modo de Vida Guarani’; Reiterou a impossibilidade de voltar para a Parati-Mirim, área de onde saíram; A área carece de boas condições para a agricultura e também sofre de intenso fluxo de não-indígenas; Os guaranis optaram por manter-se no atual local, e transforma-lo em ‘Centro Cultural Indígena’, para apresentações e manifestações em apoio à luta indígena; E por último: que o novo espaço possam comercializar os artesanatos fabricados por eles”. Com relação as discriminações que sofrem os guaranis de Camboinhas: Os estudos apontam, que é em toda parte do Brasil, e faz parte do imaginário do povo brasileiro.

[...] A aldeia de Camboinhas ou Itaipu que depois do incêndio em julho de 2008 passou a ser chamada de Mbo’yty (aldeia da Semente) está localizada no final da Praia de Camboinhas, região de Itaipu em Niterói. Como informado pela antropóloga Pissolato; Trata-se de uma área de restinga, com um histórico antigo de ‘Ocupação Humana’, que vem sendo foco de interesse tanto dos especuladores imobiliários quanto de associações civis que defendem os direitos ambientais. A aldeia indígena está localizada no “Sambaqui de Camboinhas” e faz parte de um amplo complexo arqueológico composto por outros sítios da localidade de Itaipu. Deste modo, o espaço ocupado pelos Mbya-Guarani vem sendo palco desde os anos 1980 até os dias de hoje, tanto de pleitos feito pelo mundo acadêmico e pela sociedade civil quanto pelo movimento. [...] Em relação à presença dos índios em Camboinhas, o que mais chama a atenção Não é apenas a confusão e aproximação feita pelos moradores entre “índios” e “favelados”, mas, sobretudo o fato desses moradores se utilizarem de um discurso sobre os índios que data pelo menos do início do século passado e que pretende não só formar a opinião pública como também cristalizar certas imagens (caricaturais e estereotipadas) dos índios. Uma dessas imagens é justamente aquela que mostra o índio como o ser que só pode morar no mato, caso contrário ele deixa de ser índio para virar “favelado” ou “indigente”. Outra, apresenta o índio como preguiçoso ou como aquele que cria obstáculos ao “progresso do mundo civilizado”. Não cremos que seja necessário elaborar aqui uma crítica contundente destes discursos. Apenas ressaltar que eles se constituem numa das diversas facetas da profunda incompreensão sobre as populações indígenas do Brasil e do mundo. Se recorrermos aos dados históricos, podemos demonstrar que o argumento sobre a favelização é não só inadequado como também, antigo, recorrente e obsoleto. [...] Uma aldeia Mbya-Guarani é necessário que se somem as condições essenciais e que O lugar seja, de uma forma ou outra, aprovado pelas divindades através da reza e das “belas palavras”. Lídia afirma que já vinha “prevendo” que encontrariam uma terra Boa “yvy porã”, com mato, com água, com taquara e onde as crianças pudessem plantar e viver o jeito Guarani de ser, diferentemente de Camboinhas que não as Condiçõesnecessárias para se ter uma roça. Joaquim Benites, por sua vez, contou Que já viajou por boa parte

do litoral do Estado do Rio Janeiro, desde Paraty até Rio Das Ostras, e afirmou que “essa área aqui foi a melhor que eu vi. O lugar é bem Tranquilo para viver com a família. A gente já se sente feliz”.

Por fim: O relatório apontou uma série de demandas para resguardar a reprodução física e cultural da comunidade Mbya, Dentre elas destacamos: “1. Que o processo de constituição de Terra Indígena ocorra da forma mais rápida possível, e com a plena participação da comunidade indígena; 2. Que os entes públicos envolvidos nesse processo ajudem logisticamente na constituição da nova aldeia, com auxílio para a mudança; 3. Auxílio para as novas roças e qualquer outra necessidade por vir. 4. Que a questão da água, seja ajudada a construção de um poço para o abastecimento da aldeia com água potável”. Equidistante de ontem pelo decurso do tempo. No presente, as comunidades indígenas de Maricá/Rio Pequeno sofrem para a consolidação no território. E isso não uma questão isolada no Brasil. Em Rio pequeno a situação está pior, porque o litígio está nas vias judiciais. A prefeitura Paraty é contra o relatório antropológico que definiu a área a ser ocupadas pelos Nhandeva. No Brasil as homologações de terras indígenas estão parado por pressão do Governo Bolsonaro e Repercussão Geral no Judiciário, pendente de julgamento. O grande empecilho para a efetividade do agora, delimitação já: É o chamado 10 “Marco Temporal”. Sustenta a tese contrária as homologações de terras indígenas e quilombolas, que as terras para serem declaradas indígenas e/ou quilombolas, pelos grileiros, representantes do agronegócio, latifúndio, mineradoras, indústria da bala; bola; boi e bíblia. É que os povos originários tinham que está nos territórios antes da constituição de 1988. Embora parados por imbróglis jurídicos: Falta ao meu ver, vontade política dos governos e prefeituras locais. Pois, os estados e municípios tem autonomias administrativas para resolver litígios nos seus territórios. Até amparadas pelo princípio da autonomia dos Estados. O que sabemos hoje com relação aos guaranis de Maricá e políticas locais: 1- É que os gestores não tem vontade política para resolver a questão dos indígenas; 2- As questão ambientais criam empecilhos para plantar em área de parque; 3- A instalação definitiva do Resort e imbróglis jurídicos, atrapalham a consolidação dos guaranis; 4- Controvérsias junto à comunidade local, poder Executivo e Judiciário para solução do problema. Além destas: os ambientalistas e MP, ainda não chegaram a um acordo quantos os estudos de impactos ambientais da construção do Resort; E os danos que podem advirem com a sua instalação em definitivos e irreparáveis a APA de Maricá. Com relação a Rio Pequeno: O litígio está nas vias judiciais no STF, em ‘Repercussão Geral’. O litígio autor (x réu) - prefeitura de Paraty e Aldeia Guarani de Rio Pequeno, não chegaram a um acordo negociado. Em tese: A prefeitura de Paraty é contra a delimitação do território tradicionalmente ocupados pelos guaranis Mbya, Nhandeva. A justificativa é sempre as mesmas e já conhecida nos discursos ocidentalizados: “É muita terra para os indígenas fixarem no local; Ali já tinham comerciantes e moradores antes da chegada dos indígenas que ali se estabelecerem”. E para consolidação deste trabalho. Na primeira parte faremos um breve retrospecto de reuniões descentralizadas do CEDIND, realizada in loco em 2019 nas três aldeias: MARICÁ/Tekoa Ka' AguyOvy Porã; Aldeia Céu Azul, – AraHovy/Maricá; Tekoa Je'y/Aldeia do Rio Pequeno. No contexto atual: A realização da reunião da Comissão temática: Escola Indígena de Alimentos, realizada em Março de 2022, na aldeia Mata Verde Bonita; A situação do Resort MARAEY Maricá, que está em via de juducialização no STJ, como Nova Copacabana”; E por último, A análise Conclusiva do presente trabalho.

ALDEIA MATA VERDE – MARICÁ/Tekoa Ka' AguyOvy Porã.

No dia 27 de Fevereiro de 2019, estivemos presente na realização da V Reunião Ordinária do CEDIND/ Conselho Estadual dos Direitos Indígena na Aldeia Mata Verde Bonita, com a presença de Conselheiros do Contexto Urbano e Aldeados, além de várias autoridades dos entes federados da administração pública em instância municipal, estadual e federal, para tratar de temas, como: Ocupação do Território Guarani (Tekoa Ka' AguyOvy Porã); Contratação de Professores Indígenas e Reforma na Escola Guarani; A contratação de médicos e a situação da saúde e outros temas de interesse da comunidade. Pelo que tomamos conhecimento: a aldeia sofre com problemas os mais variados de infraestrutura devido a situação atual da não legalização do território. Foram ao longo de anos, estabelecidos negociação com a prefeitura local para a solução do impasse. Até o presente: apesar das promessas da prefeitura de Marica, continuam inócuas. Constantemente a imprensa local tem veiculados notícias depreciativa a comunidade guarani. E isso tem causado sofrimento e divisão interna na comuna, pois uns pretendem ficar no território e outros não. O certo que até o presente: Juruá continua prometendo resolver o problema de boca, sem contudo demonstrar retidão de palavra, comum nas comunidades indígenas. Conhecendo a Aldeia guarani por relatos da imprensa no portal das Nações Unidas de 17/12/17, pela equipe da (UNIC Rio): A Aldeia Mata Verde Maricá: “É uma das oito comunidades guaranis no estado do Rio, onde moram 73 pessoas em uma área de proteção ambiental com mais de 90 hectares. Sua língua materna é a variedade Mbya do guarani, um idioma indígena do tronco tupi-guarani, falado por milhares de indígenas do Centro-Oeste ao Sul do Brasil e em países vizinhos, como: Bolívia e Paraguai”. Desde a vinda dos Europeus para o Brasil, os povos indígenas, sofrem toda sorte de perseguição e discriminação por parte do estado brasileiro. Representantes governamentais do governos Bolsonaro: tem desfilado discurso de ódio, quando não: com o discurso de desenvolvimento econômico em terras indígenas, para torná-los civilizados e integrados a sociedade brasileira. Isso tudo sem a reparação devida, pois, os povos insurgentes quilombolas e indígenas, continuam resistindo morando na periferia e contexto urbano. Muitos estão em situação falimentar, sem emprego, moradia, transformados em pedintes e população de rua, perpetuando o racismo de Juruá que deseja exterminá-lo. Vejamos o que diz a matéria de imprensa sobre das [Nações Unidas Brasil](#), sobre Mbya do guarani, Aldeia Mata Verde Maricá:

[...] “A preservação da língua começa pela prática. Ela está nas nossas moradias, plantio e cânticos”, afirma Tupã. O líder da comunidade considera, porém, que o preconceito é um dos principais empecilhos para a manutenção do idioma. “Acredito que muitos índios deixaram um pouco de falar sua língua materna por causa do preconceito. Quando vão a cidade e perguntam se são índios, eles têm vergonha de dizer que são”. Tupã explica como é possível preservar a identidade cultural: “Vamos fazer as nossas ocas de palha, o plantio orgânico, sem agrotóxicos, vamos pescar, vamos nos pintar. Vamos ter orgulho de mostrar quem somos nós de verdade, dessa maneira vamos ser respeitados”. Na tribo, a primeira língua aprendida pelas crianças é o guarani mbya e apenas aos sete anos de idade elas estudam o português. Há dois anos, Jurema Nunes de Oliveira ensina o idioma indígena na escola municipal da aldeia, chamada Para PotyNhe’ Já (**). “A língua guarani mbya é difícil de ser esquecida. Tem gente que diz que nós não somos índios. Mas nós trabalhamos com isso, vivemos com isso, é a nossa cultura”, diz. “Falar a língua materna indígena mantém as crianças pensando em guarani e sonhando em guarani”, afirma o professor Domingos Nobre, do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nobre explica que a educação tradicional indígena é um fenômeno social em que os mais velhos transmitem seus conhecimentos às gerações mais novas, por meio dos exemplos e do convívio comunitário. “Ela se dá de forma contínua, regular e está baseada prioritariamente na tradição oral. Não depende, portanto, de escola nem de escrita”, afirma o educador. Para ele, a implantação de escolas indígenas bilíngues, diferenciadas e interculturais representa a imersão de crianças e jovens no universo do letramento. “As escolas possibilitam o uso da língua portuguesa para a defesa de direitos étnicos, permitindo a inserção de jovens lideranças num campo de disputas simbólico, onde a escrita e os conhecimentos ocidentais pesam para uma maior conquista de direitos sociais, como à saúde, à terra e à cultura”, afirma o professor”.

A Terra Sem Males”, faz parte da cosmologia guarani e do universo religioso tupi-guarani antes mesmo da chegada dos conquistadores. A busca de um

paraíso imaginário e contra inimigos hostis, ou até mesmo, contra o colonizador branco. Fizeram a saga da migração forçada, que está no DNA de sobrevivência da comuna Tupi/Guarani, e/ou ainda a coexistência forçada por Juruá na luta pela sobrevivência. A ALDEIA MATA VERDE BONITA “Tekoa Ka' AguyOvy Porã”, nos conta 12 Darci Tupã:

[...] “A ocupação foi uma articulação política na comunidade guarani com a Administração Municipal de Maricá, em diálogo com o ex-prefeito o Ex. prefeito, Quaquá, após ataque criminoso na Aldeia Mata Verde Bonita no Bairro São José do Imbassá - Restinga de Maricá. O lugar onde estávamos ontem e o atual onde estão hoje, sempre foi passagem do povo guarani. Aqui onde estamos, sempre foi rota e caminhada natural dos guaranis. Temos uma história muito linda com o povo de Maricá, sem nunca abrir mão de nossa cultura. A melhor maneira de promover nossa causa é recebendo as pessoas na aldeia, seja pelo esporte, turismo, educação. E muitas vezes, por causa das políticas mal dirigidas à nossa cultura, nós pisamos em espinhos. Mas com tantas caminhadas, já estamos calejados. Então, que esse espinho possa se quebrar e nossos pés possam se curar para que nunca se ande para trás, sempre para frente. E a palavra que eu encontro em guarani é ‘mbya ete’: forte, muito forte, como fibra, para nunca deixar quebrar” esclareceu”. [...]“Na aldeia “Tekoa Ka' AguyOvy Porã” a primeira língua aprendida pelas crianças em nossa comunidade é o guarani mbya. E que só quando completa os sete anos de idade, é que as crianças aprendem e estudam o português”. Conta Jurema: "Aos dois anos, ensinamos as crianças o idioma guarani, para nossos estudantes na escola municipal da aldeia PotyNhe". Segundo Jurema, a língua guarani mbya é difícil de ser esquecida. "Tem gente que diz que nós não somos índios. Mas, somos assim, somos indígenas, essa é a nossa cultura”, comentou.

Na mesma reportagem em [epigrafe](#): A Secretária de cultura de Maricá, Andréa Cunha na ocasião disse na mesma reportagem: “É uma oportunidade da nossa cidade fazer o resgate e valorizar as culturas tradicionais, criando um contraponto com a sociedade atual, tão marcada pela exploração da natureza; O modo dessa construção é pautado pela aldeia, pois entendemos que a forma de ver o mundo implica na maneira de existir”, analisou. De lá pra cá, diz Tupã: “idas e vindas tem sido uma constante entre prefeitura e autoridade da administração pública”. A ABA/Associação Brasileira de Antropologia, lançou uma Nota, [Informe ABA Maracanã](#), sobre a situação política da Aldeia Mata Verde Bonita-Maricá: pelos atos de violência, ódio e incêndio dito criminoso - na aldeia indígena 13Tekoa Ka'aguy Hovy Porã (Mata Verde Bonita), localizada na Restinga de Maricá, RJ. Com relação a violência e discriminação que sofrem os guaranis, o relatório da ABA/Associação Brasileira de Antropologia disponibilizou um INFORME ABA-JAN 2019, em redes sociais:

[...] O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS DO RIO DE JANEIRO-CEDIND INFORME ABA-JAN 2019. A criação do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND, em 2018, foi um importante passo para a garantia dos direitos dos índios aldeados e em contexto urbano dos municípios e estado do Rio de Janeiro. Instituído pelo Decreto Governamental Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, o CEDIND é órgão colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado, no momento de sua instalação, à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), onde possuem assento: lideranças e representantes das comunidades indígenas aldeadas; organizações indígenas representativas dos índios em contexto urbano do Estado do Rio de Janeiro; representantes da administração pública direta e indireta; representantes de universidades e de instituições, públicas ou privadas, com atribuições afetas à questão indígena. [...] O CEDIND estava articulado, na ocasião de sua criação, no governo anterior. Todavia, fomos todos surpreendidos pela ocorrência de um incêndio - dito criminoso - na aldeia indígena TekoaKa'aguyHovy Porã (Mata Verde Bonita), localizada na Restinga de Maricá, RJ. Ficou agendada, para o dia 6/2/2019, visita de representantes da Subsecretaria de Desenvolvimento Social (Sra. Luana Braz e Sra. Monalysa Alves/CEDIND) e da Defensoria Pública (Dr. Thales Arco Verde/CEDIND), acompanhados por representantes da Prefeitura de Maricá, para apuração dos fatos relacionados ao incêndio e de denúncias de violações locais de direitos humanos. De acordo com o que foi relatado até o presente momento no grupo de WhatsApp do CEDIND, após essa visita, ficou decidido que tudo o que ocorrer na Aldeia Mata Verde Bonita seria registrado na Polícia Federal de Niterói. Além disso, sobre a garantia do território para os que hoje habitam a Aldeia Mata Verde Bonita na Restinga de Maricá ficou estabelecido que os aldeados iriam chamar uma reunião com a “IDB/Brasil - Iniciativas e Desenvolvimento Imobiliário” - empresa ligada ao grupo/holding espanhol Cetya - responsável pelo empreendimento “Fazenda São Bento da Lagoa” e proprietária da área em que a Aldeia está localizada. Vale ressaltar que a criação da Aldeia Mata Verde Bonita resultou de impasses, contestações e, finalmente, de um acordo entre os índios, a Prefeitura Municipal de Maricá e a IDB Brasil, em que ficou pactuado que a aldeia permaneceria ali e faria parte do complexo turístico e residencial previsto para a área. Sobre o processo de territorialização dos índios da Aldeia Mata Verde Bonita, convém pontuar que, ao longo do tempo, estes vivenciaram vários deslocamentos pelo estado e sucessivas negociações até chegarem à Restinga de Maricá, quando passaram a ocupar uma área que parece ter sido objeto de várias disputas. No site da IDB/Brasil, o empreendimento turístico

“Fazenda São Bento da Lagoa” é apresentado como “colaboração decisiva para o desenvolvimento sustentável da cidade de Maricá”, “por aliar, numa área de 840 hectares, de forma inovadora, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social, num complexo turístico, esportivo, comercial, empresarial e residencial”. Segundo o que foi informado pelos que estiveram presentes na reunião do dia 06/02/2019 há algum tempo lideranças indígenas locais dialogam com a IDB/Brasil sobre a incorporação da Aldeia Mata Verde Bonita ao empreendimento. A representante da ABA no CEDIND, prof^a Ludmila Moreira Lima, que assina esse informe, se disponibilizou para acompanhar a equipe na visita ocorrida no dia 6/02/2019, mas, segundo informaram, não haveria necessidade. A próxima reunião do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro ocorrerá, em princípio, no dia 27/02, na Aldeia Mata Verde Bonita - Maricá. A ABA estará representada. Rio de Janeiro, 08/02/2019”.

Ainda Sobre os problemas nas reuniões do CEDIND, no seu relatório nos dias 29 e 30 de Agosto de 2019, a representante da ABA, [Ludmila Moreira Lima](#), esmiuçou em relatório algumas considerações feitas pelo Conselheiro, Reinaldo de Jesus Cunha, já que por motivo de agenda anterior, não pode comparecer, mas segundo os relatos:

[...] “Segundo relato disponibilizado pelo Conselheiro Reinaldo de Jesus Cunha (representante da Associação Universitária Latino Americana-AULA, no CEDIND), que esteve nas duas reuniões, um dos grandes impasses vividos nas duas aldeias diz respeito à precariedade e urgência para o atendimento educacional a que as crianças têm direito. Em Araponga, conforme este relato, o vice cacique Nino Benites (Presidente do Conselho, representando as comunidades aldeadas) foi enfático ao denunciar que “... A escola-extensão de Araponga, não tem nada; nem professor, material didático ou recurso para a escola funcionar”. Presente à reunião, Argemiro, do Conselho de Educação Indígena, afirmou que a situação da educação indígena se precariza mais ainda em razão da falta de quórum e da participação do governo nas reuniões do Conselho Estadual Indígena do Estado do RJ. Além disso, ainda segundo Argemiro, a ausência de professores indígenas capacitados atrasa o início do ano letivo. Por mais que as lideranças se esforcem, há problemas de dotação orçamentária para formação de professores, além de dificuldades de deslocamento para aqueles que se inscrevem no único curso de capacitação existente. Aliás, é possível constatar que, em todas as aldeias do estado até agora visitadas, impera a precariedade quanto a políticas públicas na área de educação, com denúncias locais que vão desde a absoluta ausência de professores contratados e capacitados para atender as especificidades que cada aldeia e grupo requisitam, passando pela precariedade de transporte e deslocamento de candidatos indígenas para o local onde cursos preparatórios são ministrados, até desabafos relacionados a preconceitos e ofensas sofridas pelos estudantes, quando inseridos na rede municipal. [...] Além disso, a solução de uma pluralidade de problemas não depende apenas da boa vontade e capacidade de iniciativa dos Conselheiros, mas também da articulação e envolvimento de inúmeros 6 atores institucionais, cujas decisões envolvem vontade política, além de negociações e respeito a procedimentos administrativos, normativos e legais, que se processam em temporalidades e ritos próprios, sempre aquém das expectativas e necessidades indígenas. Para os que, no CEDIND, certamente desejam ver tudo rapidamente resolvido, ouvir desabafos como “... por que nunca acontece o que queremos?”; “... quero morrer com 130 anos e quero ver o que Juruá vai trazer para minha aldeia...”; “não podemos deixar tirar o pouquinho que conseguimos...”; “querem acabar com a gente, mas nós estamos sempre vivos”, pode soar doloroso, sobretudo em tempos tão sombrios. Todavia, esses desabafos são também ensinamentos incansáveis e, por isso mesmo, impulsos potentes de resistência. [...] “Vale lembrar que o CEDIND surge a partir de um histórico de lutas do movimento indígena do Rio de Janeiro e de seus diversos parceiros. Tais lutas representam dissonâncias e mobilizações produzidas por grupos que desafiam silenciamentos, reelaboram identidades e tornam visíveis as fronteiras que os aproximam e separam de outros grupos e da sociedade abrangente, o que envolve uma complexidade de mediações e formas de afirmação não só de anseios e de reconhecimento de direitos, mas também de fortalecimento de sistemas culturais locais. Considerando o que vem sendo anunciado e protocolado, desde o início de 2019, pelos governantes e parlamentares eleitos, em esferas estaduais e federais, cabe fortalecer, articular e dar organicidade aos espaços coletivos de defesa de direitos daqueles que sempre estiveram, no Brasil, em situação de maior vulnerabilidade”.

Nesse sentido, a mesma conclui que o CEDIND, apesar de reunir “vontade política” e de já ter avançado em encaminhamentos indiscutivelmente relevantes, enfrentará, em seus horizontes, imprevisibilidades e imensos desafios”.

Abertura da Reunião CEDIND, Comunidade Mata Verde Bonita, 27/02/19

Dando boas-vindas a todos Conselheiros e as comunidade guarani e indígenas presentes. Os presidentes respectivamente do CEDIND: NINO VERA, representante das comunidades Aldeadas e CARLOS TUKANO, do Contexto Urbano. Agradeceram a presença de todos e respectivamente, saudaram a todos. Carlos Tukano fez pequenos relatos da luta diária, e do porquê da reunião em Maricá. Após a saudação de todos os presentes. A Mesa Executiva, passou a palavra a Darci Tupã, da Aldeia Mata Verde Maricá, para expor os problemas da comunidade. Com a palavra o Darci Tupã, externou os principais problemas da comunidade, que a seu ver: “o principal, é a demarcação de terras”: Com a palavra disse Tupã: “Eu acredito que eu quero na minha aldeia, é lutar pela

demarcação da nossa terra. Não quero me iludir com promessas dizendo que vamos ter uma escola maravilhosa, um posto de saúde, e vamos ter a posse definitiva da terra”. Aparteando sua fala, Toni Lotar, indigenista e representante da ONG, Darci Ribeiro em sinal de concordância, diz: “É necessário lutar para a posse definitiva da terra”. Dando continuidade a fala, Darci Tupã retrucou: “Estou falando do meu sofrimento... Eu quero crescer como índio, valorizar nossa cultura, com a criação de um centro cultural e uma escola digna que atenda as nossas necessidades. Se um passarinho põe um ovo na mão de vocês e fecha na mão de vocês, vocês fecham dizendo: botei um ovo. Então, se demos o sangue para Maricá, lutamos... Temos o direito e queremos a nossa demarcação”, concluiu, sendo muito aplaudido. Falando do conflito atual, a Defensora Pública do Estado do RJ, Lívia Casseres, argumentou: “É necessário ter um plano para essa desapropriação, uma vez que não estamos tratando de uma ocupação simples de uma comunidade ocupando um imóvel na cidade. Estamos sim, buscando uma segurança jurídica com o apoio da prefeitura que colocou os indígenas aqui na Aldeia: “Tekoa Ka' AguyOvy Porã”. É muito dura a realocação, pois se perde o vínculo com o território. É no território que consegue ser a matriz desse rio de direitos. Esse rio vai ser fertilizado com segurança, saúde e educação, na medida que o território é demarcado. Por mais que o poder público tenha tido uma ótima intenção de alocar os indígenas de Camboinha para Mata Verde. A prefeitura de Maricá tem uma responsabilidade muito grande com os fatos. O direito à terra é uma questão central para o CEDIND. Mas a questão mais importante é saber da prefeitura a real situação do local, pois é estranho saber que existe em uma APA (Área de Planejamento Ambiental), um empreendimento como um Resort” concluiu. Sobre esse Empreendimento Resort Maraey, publicado em redes sociais /imprensa do MPRJ/ CODCOM, e cancelamento da obra, o mesmo publicitou:

[...] “O MPRJ e MPF ajuizam Ação Civil Pública para impedir danos socioambientais por terminal portuário na região de Ponta Negra, Maricá. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA/MPRJ), e o Ministério Público Federal (MPF), através da Procuradoria da República em Niterói, ajuizaram Ação Civil Pública conjunta junto à 3ª Vara Federal de Niterói para impedir a consumação de danos socioambientais por empreendimento portuário atualmente sob licenciamento ambiental na Praia de Jaconé, em Maricá. A ACP aponta diversos vícios encontrados em procedimentos administrativos de licenciamento, por meio dos quais o empreendedor, DTA Engenharia, requereu Licença Prévia e Licença de Instalação para o Terminal Portuário de Granéis Líquido e Estaleiro Ponta Negra, conhecido como Terminal Ponta Negra (TPN). A atuação do Ministério Público é paradigmática neste caso, pois, ao invés de buscar a reparação de danos ambientais físicos já consumados, pretende atuar de forma preventiva para impedir que eles sejam concretizados em uma ambiência sensível, historicamente deficitária em infraestrutura e serviços públicos básicos como o fornecimento de água potável à população. Além disso, a região é composta por Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade dos Costões Rochosos (Ponta Negra) e das Restingas de Maricá, conforme o Ministério do Meio Ambiente reconhece, Unidades de Conservação locais como a APASSERMAR e a REVISSERMAR, áreas de preservação permanente, áreas úmidas, habitat de espécies em extinção e endêmicas e, ainda, sobre o polígono protetivo dos “Beachrocks de Jaconé”. O licenciamento em questão já havia sido objeto de Recomendações Ministeriais que alertavam o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) sobre o fato de que as análises técnicas e jurídicas do Ministério Público apontam graves e múltiplas nulidades, principalmente diante: (i) da inviabilidade da alternativa locacional Ponta Negra/Maricá; (ii) da fragmentação do licenciamento ambiental, que somente avaliou infraestrutura básica e não a totalidade do empreendimento portuário; (iii) do subdimensionamento das áreas de influência, assim como dos riscos pertinentes à atividade; (iv) da falta de análise de sinergia e cumulatividade com os demais empreendimentos localizados na mesma Bacia Hidrográfica, em especial o Gasoduto Rota 3, de responsabilidade da Petrobras; (v) da insuficiência e da incorreção de diversos estudos prévios quanto a variados impactos (meio físico, biótico e socioambiental) apontados nos Pareceres e Informações Técnicas do GATE/MPRJ e das demais autoridades consultadas; entre outros, tudo em frontal ofensa a artigos das Constituições Federal e Estadual, bem como de Leis Federais, Estaduais e Municipais. O MPF e o MPRJ ressaltam que apesar dessas questões, tanto o INEA quanto a DTA Engenharia continuam desconsiderando as diversas críticas técnico-jurídicas alertadas há anos pelo Ministério Público. Diante disso, a ação requer ao juízo da 3ª Vara Federal de Niterói, em tutela antecipada: a proibição de que o empreendedor inicie qualquer obra pertinente ao TPN; a vedação de concessão de qualquer outra Licença ou Autorização ambiental; e a imediata suspensão dos efeitos da Licença Prévia INEA nº IN031414 até que sejam adequadamente enfrentadas todas as nulidades do licenciamento ambiental apontadas, “em especial todas as falhas, insuficiências e distorções metodológicas de estudos prévios pertinentes à avaliação de viabilidade locacional e ambiental (meio físico, meio biótico e meio socioeconômico) do projeto de terminal portuário”, destaca a ação. Dentre os pedidos definitivos, o GAEMA/MPRJ e o MPF requerem, em síntese, a nulidade dos procedimentos administrativos e da Licença Prévia já expedida, além da declaração do IBAMA

como órgão ambiental competente para o caso do empreendedor pretender realizar novo e adequado licenciamento ambiental do empreendimento portuário no litoral do Estado do Rio de Janeiro, bem como a condenação em danos morais coletivos. Processo nº 5004703- 47.2019.4.02.5102 – 3ª Vara Federal de Niterói”.

Em prosseguimento a reunião, foi dada a palavra a Cacique Jurema Nunes de Oliveira da Aldeia Mata Verde Bonita, que comentou: “O povo guarani está sofrendo aqui anos e anos. Chegou a hora da gente lutar unido, com um posicionamento único. Nesse instante Jurema, representante guarani, indagou e perguntou a comunidade “Tekoa Ka' AguyOvy Porã”, se querem permanecer no lugar ou mudar para outro em acordo com a prefeitura? “Vocês querem ficar aqui ou não”? Com a confirmação da comunidade dizendo que sim, Jurema disse: “Então vamos lutar por esse território todos juntos e assinar um documento reafirmando que queremos ficar aqui. Pois, se chegar um pessoal querendo nos tirar com guerra, eu vou estar na frente, eu vou morrer pelo meu povo”, alertou. Jurema concluiu, pedindo união da comunidade guarani aos desafios que vem pela frente. "Vamos resistir, vamos nos unir, vamos lutar até a morte se necessário", conclamou. Em seguida foi dada ao Conselheiro Sergio Ricardo Potiguara, que alertou para o fato da área debatida, ser área de conservação, e que está inserida a APA de Maricá. E a referida área está no “Sistema Nacional de Unidade de Conservação”, conforme preceitua a Lei 9985/00. Segundo Sergio Ricardo: “No caso da Aldeia indígena de Itaipuaçu, ela está dentro de uma área do parque estadual da Serra da Tiririca. No Brasil foram criados vários parques sem levar em conta as comunidades quilombolas e indígenas. E isso tem dado muita discussão. A área em questão, é de 1 equitare e não vale lutar por ela”. Intervindo na fala, Toni Lotar em sinal de concordância, emendou: “É, não vale lutar por ela”, emendou. Continuando com a palavra, Sergio Potiguara retrucou: “Tem que ver Toni, se essa área é adequada para as novas gerações futuras, para as familiares que estão ali no território. Com relação a questão ambiental saliento que é muito difícil a (ALERJ) Assembleia Legislativa votar um novo projeto ampliando o parque inserindo em novas ilhas. Ou seja: Os parques não preveem a presença humana nas demarcações e sim nas florestas. Com relação a Mata Verde Bonita, tem um ditado de Juruá que diz: “De boa intenção o inferno está cheio”. A figura jurídica (APA) de proteção ambiental, ela se insere em terras públicas e privadas que é diferente do Parque. É possível ter numa APA um Resort e uma Aldeia”, questionou? Continuando: “Se a obra está embargada com ações em andamento pelo Ministério Público qual a solução? Tem que haver um estudo sobre a área dominial do poder público para estudo, para verificar se não está afetada para uso específico. Por exemplo: No Brasil as terras foram todas griladas com falsificação de documentos. E isso é de conhecimento de todos. Então, só vejo três hipóteses: O Grupo espanhol doaria à terra a comunidade guarani; A prefeitura faria a desapropriação do terreno e doaria para a comunidade guarani; e/ou a prefeitura faria acordo com a classe política, em que incluísse a compra do terreno para a doação aos guaranis”, concluiu. Em seguida a Mesa passou a palavra a Darci Tupã, que relatou que teve vários diálogos com os espanhóis, e que até o presente momento, não conseguiu ter informações e dados confiáveis de quem comprou essa vasta imensidão de terra. “Sabe-se que, essa terra pertencia ao Padre Anchieta” salientou. Nino Vera, representando os Aldeados, disse que: “A pesar das dificuldades, o CEDIND, está fazendo o seu papel e isto está acontecendo no lugar do conflito”. Com a palavra, Darci Tupã, emendou: “O ex- prefeito Quaqua, prometeu esse território para os guaranis e trouxe os índios de Camboinha para conhecer aqui: Aceitamos a proposta... mesmo a comunidade estando desconfiada. Mas, depois da Aldeia ter sido queimada em Camboinha, visitamos esse local onde estamos até hoje.

Temos crianças que nasceram aqui. Temos registros de cerâmicas guarani nesse território a mais de três mil anos. Depois de um ano aqui, conseguimos colocar luz. Fui obrigado a me pintar e acampar na porta da AMPLA (fornecedora de energia), pois eles ficaram prometendo vir a aldeia e nunca vinha. E depois que fizemos ameaça de ficar na porta deles acampados, a AMPLA veio e colocaram a luz mesmo em dia chuvoso. Em diálogo com os representantes do Resort, eles prometeram não tirar a gente daqui. Estou aberto ao diálogo, mas não sem garantia. Queremos um acordo com a prefeitura, mais até agora nada. Queremos ter nosso Centro Cultural; Uma escola bacana com garantia para nossas crianças. Não queremos ser difamados por alguns veículos de comunicação, dizendo que aqui é área de boca de fumo, prostituição e outros, nos difamando. Quem melhor do que o índio para preservar o meio ambiente. Quando chegamos aqui não sabíamos que essa área era de desova e isso não foi dito para os indígenas. Eu quero ver os parentes morando em suas Ocas descentes, numa aldeia demarcada e isso não é pedir muito” desabafou.

Reunião do CEDIND Aldeia Céu Azul AraHovy//Maricá, dia 25/10/2019.

Dando Início Assembleia Geral, a Conselheira Governamental, Sra. Luana dá início a reunião, desejando um bom dia a todas e todos, e lembra que o presidente Tukano, contexto Urbano, não pode participar da reunião, por problema de saúde; E também, respectivamente o presidente Nino, de Contexto de Aldeamento. Segundo o mesmo, no mesmo horário desta, já tinha uma reunião agendada de uma outra reunião em Paraty. Em seguida, passou a palavra ao Cacique Felix, representante da Aldeia Céu Azul, pra saudar a todos. O mesmo agradece a participação de todos e desejou sucesso a todos os presentes. Após rodada de apresentação, Luana Braz fala sobre o calendário de reunião para o próximo ano e diz que tentará manter a rodada entre as aldeias junto com a hospedagem, o transporte e a alimentação, e que para isso precisa ser feito um planejamento com previsões de datas e locais das próximas reuniões. Ela continua a fala lembrando que novembro é um mês muito tumultuado para a Superintendência por conta dos 26 municípios que tem órgãos de Igualdade Racial e novembro é um mês voltado para consciência negra, isso gera um complicador para acontecer também a nossa reunião, então no próximo mês não terá reunião ordinária. Ela pergunta se todos concordam em colocar a reunião de novembro para o começo de dezembro, todos concordam e assim fica definido. Em relação à reunião de dezembro, ela faz a sugestão se poderia ser no dia 13, o que todos os aldeados concordam por conta do período de festas dentro das comunidades. Luana Braz faz uma proposição para que no próximo ano seja feita da seguinte forma: reuniões em aldeia e contextos urbanos intercalados, respeitando a mesma ordem que aconteceu nesse ano vigente. Graciela Pagliaro pede a fala e questiona a representante de Maricá sobre o carro da SESAI que é abastecido pela SESAI, porém o atendimento é do município. Maria Oliveira explica que todo atendimento médico e odontológico é feito pelo município e apenas o deslocamento é feito pela SESAI. Graciela Pagliaro indaga que quando acaba o combustível todos ficam sem ter acesso aos atendimentos, pois o Cacique relatou que o combustível nunca dura o mês todo. Maria Oliveira relata que nunca foi feito a ela nenhum pedido referente a necessidade de combustível. Graciela Pagliaro fala que a SESAI não permite que nenhum outro órgão faça a colocação desse combustível além dela própria e questiona que dessa maneira o que poderia ser feito para resolver essa questão. Maria Oliveira diz que vai achar uma solução e fala sobre a mudança de frota que aconteceu recentemente no município e que estavam com muita dificuldade de deslocamento. Açucena Ribeiro fala sobre a

contratação de motorista, que essa questão vem acontecendo desde o Conselho de Saúde, mas o que ela escuta diariamente é que a SESAI não tem recursos para isso e diz que na Aldeia dela eles não agem em relação à SESAI e sim em relação à comunidade, afirma que todo conserto que precisa ser feito nos carros eles mesmos da aldeia fazem vaquinha e consertam, guardam as notinhas e levam para o Distrito e tudo que se passa é relatado. Luana Braz faz encaminhamento para SESAI pedindo esclarecimento sobre a utilização dos carros, a quantidade de motoristas e após eles responderem, perguntou-se quais são os critérios para contratação de novos motoristas e pedidos de novos carros para as aldeias que ainda não tem. Rejane Macedo fala sobre o trabalho na escola da aldeia que atualmente contam com dois professores não indígenas concursados e dois professores contratados indígenas guaranis que são professores atuantes dentro de sala de aula, a escola é constituída com turmas de Pré-II até o 5º ano e trabalhando o currículo da base nacional comum atravessando a base do currículo indígena também. Portanto é feito um trabalho diário a respeito da cultura guarani, lembrando que faz parte da escola um professor de educação física que conta também com uma perspectiva de adaptação de currículo nessa parte, a escola funciona regularmente com visitas de inspeção escolar da Secretaria de Educação e as outras Secretarias que vão fazendo também um trabalho Inter sensorial. Ela enfatiza que a saúde igualmente visita a escola, pesa, mede e avalia os alunos, e quando se faz preciso os Direitos Humanos também são acionados, ela continua sua fala explicando que a parte da alimentação na escola, como o cardápio, é de acordo com a cultura guarani existindo então uma adaptação no cardápio respeitando essas especificidades, que é feito o pedido de merenda em um formulário que conta uma parte exclusiva para alimentação indígena, onde a mesma pode fazer pedidos específicos como trigo, fubá, milho entre tantos outros itens da culinária guarani, e a merendeira é uma funcionária indígena guarani. Ela ressalva que tudo é feito com acompanhamento de nutricionista. Sobre os recursos pedagógicos contam com uma biblioteca repleta de livros, disponibilizam material de uso pessoal assim como o uniforme, o tênis e lembra que recebem agora um parquinho que irá ser instalado na área externa. Rejane Macedo só esclarece que a única dificuldade que encontra, mas que já foi feito um pedido, é a respeito de uma ajudante de limpeza e que já foi feita a indicação de uma pessoa da própria aldeia, ela continua sua fala afirmando que hoje enquanto diretora se sente muito satisfeita com a contratação realizada esse ano dos dois professores indígenas e que isso foi objeto de muita luta do povo guarani de Maricá. Ela lembra o desejo da aldeia que a alfabetização fosse feita na língua e assim é feita, entre sete e oito anos a introdução da língua portuguesa é feita, mas sempre respeitando a interlocução dessas duas línguas. Maria Oliveira pede para complementar a fala da Rejane Macedo sobre a questão dos indígenas que precisam completar o estudo fora da aldeia, de qual forma eles irão chegar até esses locais, e afirma ser esse o ponto onde se tem brigado bastante para ter uma solução, mas até agora nada, ela diz que o ideal seria um ônibus escolar e essa é uma grande preocupação que ela tem reclamado semanalmente, por isso faz o pedido de ajuda ao CEDIND no sentido de cobrar a Secretaria de Educação sobre essa questão de transporte escolar para as duas aldeias. Luana Braz se compromete a fazer um ofício solicitando essa demanda a Secretaria de Educação. Maria continua sua fala e pede para ser posto o assunto das terras e diz que sobre São José permanece o desejo da população de permanecer nas terras conforme acordado na reunião do CEDIND feita na própria aldeia, e caso mude a vontade dos demais entrarão em ação. Luana Braz sugere uma nova reunião com o procurador. Vanderlei da Silva pede a fala e explica que a aldeia está com um plano

de mudança e com a ajuda do Município, da Secretaria e do Prefeito, segundo eles, já está tudo pronto só faltando algumas atualizações do procurador. Ele diz estar contente do que está para acontecer e que a aldeia está com muitas expectativas, diz que Cacique Felix gostou do terreno, pois lá tem um espaço maior, que dá para utilizar com o plantio, a criação de animais, entre outros projetos que foram pensados para o local. Maria Oliveira faz a apresentação da planta do local e explica todas as ideias e futuras ações que irão acontecer ali naquela terra. Ela diz que só está aguardando o procurador fazer a escritura com o termo de doação. Toni Lotar lembra que a FUNAI já esteve no local para verificar se a área é viável e também estão de acordo. A EMATER já esteve no local verificando possibilidades para criação de peixes e a ITERJ irá fornecer um topografo para contribuir junto à comunidade. Sérgio Ricardo sugere que seja feita uma manifestação através do CEDIND para formular um ofício para o prefeito, copiando o procurador, manifestando o apoio ao desejo da Aldeia Céu Azul de mudança. Maria Oliveira deixa claro que após a doação ser feita toda secretaria e parceria será muito bem vida. Luana Braz fala sobre Imbassaí, diz que Cacique Jurema e sua aldeia decidiram ficar, e em contato com a Dr.^a Livia foi lembrado a respeito do levantamento que tanto ela quanto Dr. Thales ficaram de verificar a real propriedade daquelas Terras, então esse assunto foi novamente questionado. Toni Lutar faz a sugestão que a demanda para Imbassaí seja focada na desapropriação ao Prefeito. Sergio toma a fala e diz que a preocupação é que em abril do próximo ano não poderá ser feito nada por conta da eleição, então é importante reiterar esse pedido. Reinaldo pede para dar seu último informe que no dia 22 de novembro o CEDIND mandou uma orientação à ouvidoria da Defensoria Pública do Estado onde ele se candidata a ser um ouvidor dentro da Defensoria e que isso fortalece muito a interlocução do conselho. Cacique Felix dá encerramento a reunião dizendo estar muito feliz com o encontro e que não esperava que fosse do jeito que foi, que graças a “Nnhanderu” veio um caminho certo, que todos das aldeias estão ansiosos para essa mudança e não veem a hora de estarem morando na nova aldeia. Após os informes e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra a reunião foi encerra, assinada por mim e outorgadas por todos.

Reunião do CEDIND na Aldeia Guarani em Rio Pequeno dia 28/06/19.

A Assembleia Geral Ordinária foi aberta com a presença de representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através das Secretarias de Assistencial Social e Direitos Humanos, Saúde; Cultura; Secretaria Executiva do CEDIND; FUNAI, além da presença dos Conselheiros Aldeados e do Contexto Urbano; e Lideranças das Aldeias: Maricá, Araponga, Rio Pequeno e Pataxó e outras autoridades. Aberta a reunião. A Secretaria Executiva do [CEDIND](#), passou os informes e relatos das reuniões anteriores, informando as demandas em andamento. E em seguida, a mesma passou a palavra para o Cacique Carlos Tukano presidente do CEDIND do Contexto Urbano e o Vice Cacique Nino Vera, também presidente, representante dos indígenas Aldeados, para as saudações respectivas para todos os presentes. Dando por aberta a plenária às 10:h30 minutos do dia 27/06/19 em segundo chamada. O Cacique Carlos Tukano agradeceu a presença de todos e solicitou para que todos fizessem uma pequena rodada de apresentações das suas instituições presentes para que o cacique Demécio da [Aldeia guarani de Rio Pequeno](#), pudesse ter uma visão espacial das instituições e pessoas presentes na Aldeia. Após as apresentações foi dada a palavra ao cacique Demécio para falar das dificuldades da Aldeia

Rio Pequeno, para que os presentes possam ter o conhecimento dos problemas da comunidade. Com a palavra, o Cacique Demécio apontou várias demandas da comunidade guarani, a começar pela demarcação de terra e o processo junto a FUNAI: “O que mais necessitamos aqui é a demarcação da terra da Aldeia Rio Pequeno. A demarcação já foi aprovada pela FUNAI e está em andamento apesar da demora e solução. Além disso temos um problema político a resolver: Os moradores daqui de Rio Pequeno e a prefeitura de Paraty, se posicionam contra a legalidade da reivindicação dos guaranis. Entendemos que com a demarcação de nossa terra, poderemos melhorar a nossa escola, o posto de saúde e fazermos muita coisa com o apoio do governo. Esperamos que a FUNAI de continuidade ao acordo realizado conosco em processo que já teve o estudo e aprovação para esse propósito. Esperamos também que se materialize a indenização aos moradores em nosso território, coisa que ainda não ocorreu. Quando começaram os estudos da demarcação de nosso território, existiam quatro casas. Mas agora, com a possibilidade de acontecer a demarcação, já passam de cinquenta moradias. Nós contamos com a FUNAI e não sabemos como resolver esse problema. Tem outras aldeias que já resolveram seus problemas, mas aqui não. Sabemos que um pedaço de terra é muito importante para qualquer pessoa viver. Porém, também entendemos que é também um direito nosso criarmos melhorias na nossa aldeia. Com a legalidade e parceria com os órgãos do governo, vamos poder plantar e criar melhorias na casa de reza, no posto de saúde, na escola e isso é nosso direito. E neste sentido eu preciso que Juruá prossiga com a demarcação da terra para nossa comunidade estar tranquila. Com a Aldeia legalizada, acreditamos que os benefícios da aldeia vão acontecer, pois o representante do governo está Atrapalhando os índios” concluiu. Sobre a [Aldeia Rio Pequeno, matéria do O Globo](#), dos jornalistas Emanuel Alencar e Ludmilla de Lima mencionam o reconhecimento de terra indígena já em 1972:

[...] Somente em 1972, com a abertura da Rodovia Rio-Santos, eles foram “descobertos” pelos fluminenses e o restante do Brasil. Até. Rio de Janeiro - Duas aldeias indígenas guarani podem ser reconhecidas no estado do Rio de Janeiro e outras duas podem ser ampliadas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estuda a demarcação das comunidades de Rio Pequeno e Arandu-Mirim, localizadas no sul fluminense, entre as cidades de Paraty e Angra dos Reis, onde vivem cerca de 60 índios. Em entrevista à Agência Brasil, o assessor da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, Aluisio Azanha, confirmou a informação e disse que os estudos com os limites das novas áreas estão sendo finalizados ou em análise no órgão. O objetivo é atender às necessidades de reprodução física e cultural dos grupos, conforme determina a Constituição. A antropóloga Maria Inês Ladeira, que estuda os guarani fluminenses há pelo menos 20 anos, afirma que as aldeias não são novas e que a etnia tem o hábito de migrar de um território para o outro. Isso significa que os grupos em estudo surgiram a partir das aldeias de Bracuí, em Angra, ou de Paraty-Mirim e Araponga, em Paraty, reconhecidas pela Funai, atualmente, com 600 indivíduos. A aldeia de Rio Pequeno está localizada entre Paraty e Angra e a de Arandu-Mirim fica no Saco do Mamanguá, em Paraty. De acordo com Maria Inês, esses indígenas preservam tradições guarani como a língua, rituais, cosmologia (que explica a origem da vida) e técnicas de plantio. “O território para o guarani não tinha fronteiras. Eles percorriam toda a região, inclusive, existem trilhas para comprovar isso. Não tinham a preocupação com limites, tampouco, a noção de que aquilo seria loteado e eles ficariam sem espaço”, afirma Maria Inês, coordenadora do Programa Guarani da organização não governamental Centro de Trabalho Indigenista (CTI). “É uma área de ocupação antiga, de outros grupos familiares, utilizada para coleta e caminhada, que passou a abrigar famílias ligadas às de Paraty-Mirim, mas que estão formando outro grupo doméstico e que solicitaram a identificação dessa ocupação”, complementou Maria Inês. As outras duas aldeias que devem ser ampliadas são Araponga e Paraty Mirim, em Paraty. De acordo com ela, o crescimento populacional e a dificuldade de acessar recursos naturais, como os rios, mostram que as terras são insuficientes para a sobrevivência dos grupos. À época da definição dos limites, segundo a antropóloga, o trabalho sofreu pressões por causa da especulação imobiliária, já que a área é supervalorizada para o turismo e enfrentou uma série de questões administrativas. “Em toda essa região, qualquer área que os índios pleiteiem, sempre vai ser motivo de contestação. Por isso, os estudos tem que ser bem fundamentados. Ainda que as áreas estejam ocupadas irregularmente ou sejam alvo de extrativismo ilegal, é sobre os índios que pesa o maior preconceito, são eles os acusados de impedir o turismo e desvalorizar a área.” O superintendente da Funai no Rio, Cristiano Machado, disse que existe “pressão” em qualquer processo de regularização de terra indígena. Segundo ele, a fundação vai confrontar os problemas à medida que eles aparecerem, com estratégias para assegurar os direitos dos índios. “Pressão sempre vai existir. São áreas que estão ocupadas por posseiros, são terras griladas ou até adquiridas legalmente. Precisaremos fundamentar bem com os estudos”, afirmou, ao estimar que os laudos com informações ambientais e antropológicas devem sair até o final do ano. Além dos grupos indígenas do sul fluminense, o Rio abriga a aldeia TekoáMboyTy, com 60 guarani originários de ParatyMirim, instalada provisoriamente

em uma antiga sambaqui (cemitério) em Camboinhas, região oceânica de Niterói. A Funai estuda a transferência deles para Maricá, na região dos lagos, onde terão mais possibilidades de plantio”.

Reunião CECIND Rio Pequeno Paraty em 28 de junho de 2019.

Dando prosseguimento a assembleia o Carlos Tukano, reforçou o pleito do Cacique Demécio, reiterando da importância do CEDIND está in loco para conhecer os problemas no locais, para que a Secretaria Executiva do CEDIND possa cobrar das autoridades as providências que se fizerem necessárias. Em seguida passou a palavra a D.Teófila, da aldeia –[Tekoha DJE'Y, Paraty, RJ](#), que reforçou as palavras do Cacique Demécio, afirmando que a preservação da natureza faz parte da identidade indígena guarani: “Os índios não estão destruindo a natureza. Bem aqui perto, tem pastos que danifica o solo, e nós aqui não destruimos a natureza e por isso queremos a demarcação de nossa terra” ratificou. Com a palavra Nino Vera, disse que essa é uma luta do movimento. “Quando estamos em Brasília, levamos essa pauta”, reforçou. Aproveitou para falar do acidente de um parente que foi atropelado criminosamente e até o presente, não se tem informação por parte das autoridades, e aproveitou para pedir apoio a Defensoria do Estado, em articulação com o CEDIND. Com a palavra, D.Teófila, prosseguiu após o aparte de Nino Vera, acrescentando: “Estamos muito triste com o ocorrido, pois nós não temos dinheiro ou dispomos de meios para prosseguir o inquérito” adiantou. Em seguida foi dada a palavra ao filho do cacique, Jorge guarani para comentar sobre os assuntos em pauta: “Nós compramos esse terreno aqui em Rio Pequeno onde está a Aldeia. É importante sairmos daqui com um procedimento e propostas a serem encaminhadas as autoridades. Pois nos reunimos com frequência com os indígenas para posicionarmos sobre os problemas mais diversos. Porém, temos dificuldade de reunirmos com o governo, as autoridades. Nós aqui na Aldeia vimos conversando com as autoridades locais e o governo federal. Já temos o estudo da FUNAI reconhecendo a Aldeia, mais a indenização da demarcação não aconteceu. Mas apesar disso, nós temos que continuar a cobrar para não ficar engavetado as nossas demandas. Nós respeitamos o governo e queremos reciprocidade. Tem questões que são da prefeitura e outro do governo do estado. Vamos nos juntar e tirar um documento para levar as autoridades sem ser agressivo, com respeito”. Finalizando, aproveitou a oportunidade da reunião ser na aldeia para perguntar a respeito da luta dos indígenas no contexto urbano. O presidente Carlos Tukano, pediu Marize Vieira de Oliveira, Coordenadora de Educação do CEDIND, para informar sobre a luta dos indígenas no contexto urbano. Com a palavra Marize disse que a Aldeia Tamoio/Aldeia Maracanã foi uma ocupação que contou para a participação de várias lideranças e etnias indígenas no ano de 2006. Narrou a importância da criação do CEDIND que começou na Aldeia Maracanã. Com a palavra, Marize falou da importância da união de todos. “Os indígenas estão na Aldeia e na Cidade e devem se unir para ter força para lutar. Quando entramos no Museu do Índio abandonado em 2006, já articulávamos a criação deste conselho que estamos aqui hoje. Esse Conselho é uma vitória muito grande de todos os indígenas. Como disse o Nino Vera: Temos o dever e a obrigação de apoiar o conselho. Temos que nos comunicar mais, conhecer os problemas locais e materializar a nossa união, para trazer conquistas para os indígenas”, esclareceu. Com a palavra o Conselheiro Sergio Ricardo potiguara, reafirmou a importância de fortalecer o conselho: “Aproveito a oportunidade para parabenizar as autoridades, os indígenas no contexto urbano e aldeados pelo ativismo. No mundo de Juruá, temos que ter documentos concretos. Temos que avaliar o PAC, daqui de Paraty para conhecer o

imbróglio de Maricá. O COMPERJ está em litígio com o MP e o poder Judiciário. E temos que estar atento estas questões para saber quem na verdade tem legitimidade para tratar com os indígenas, como é caso da Aldeia Mata Bonita em Maricá. Aqui foi sugerida pela secretaria executiva do CEDIND, uma nova reunião extraordinária em Maricá para sabermos dos guaranis, qual a decisão definitiva da posse da terra. Pois o local onde se encontra a Aldeia Mata Verde Bonita, é uma área estratégica para os moradores de Maricá e os indígenas. Outra coisa e o estudo da FUNAI fez um trabalho grande de estudo antropológico e devemos levar em consideração esses estudos, aqui de Rio Pequeno”, concluiu. Em seguida Carlos Tucano abriu a palavra para os esclarecimentos sobre a saúde indígena, e o SESAI. Sobre o SESAI, Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, FUNASA, aprovada na [Portaria Ministério da Saúde n. 254 \(2002\)](#); a saúde, indígena:

[...] A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) é responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no Sistema Único de Saúde (SUS). A missão da secretaria é implementar um novo modelo de gestão e de atenção no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS (SasiSUS), descentralizado, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e responsabilidade sanitária dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Entre as atribuições da Sesai destacam-se: desenvolver ações de atenção integral à saúde indígena e educação em saúde, em consonância com as políticas e os programas do SUS e observando as práticas de saúde tradicionais indígenas; e realizar ações de saneamento e edificações de saúde indígena. A Saúde Indígena conta com: Conselhos Locais de Saúde; Conselheiros Locais, que representam mais de 5 mil aldeias e 305 etnias indígenas; 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi), compostos por 1.390 conselheiros Distritais de Saúde Indígena; Fórum de Presidentes de Condisi (FPCondisi). Controle Social: Está garantida a participação indígena nos órgãos colegiados de formulação, e acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde. Índios do Brasília. A população indígena brasileira é de 818 mil, sendo: 732.262 indígenas distribuídos em 5.614 aldeias, 305 povos diferentes, que falam 274 línguas distintas, 688 terras indígenas (60,4 % regularizadas). Ocupam 12,6% do território brasileiro”.

Em seguida Carlos Tucano passou a palavra para Dra. Graciela Pagliaro da Secretaria Estadual de Saúde, para falar sobre a problemática de saúde indígena: “Com relação a saúde indígena. O “SESAI” vem passando por profundas transformações com a mudança do novo governo o que tem causado estranheza e protestos pelos profissionais de saúde e os indígenas. Até um passado recente, a SESAI tinha autonomia administrativa, na gestão dos recursos e agora no presente não tem, mudaram as regras. O ministro da saúde não ver com bons olhos a saúde indígena como uma coisa prioritária. Não tem transporte caso haja uma urgência para levar um indígena ao hospital ou posto de saúde. O Conselheiro Nino Vera, disse que está sendo articulado em Curitiba um encontro dos Conselhos de Saúde Indígenas, para tratar da pauta de saúde. “E aí incluindo o transporte e locomoção de doentes, para que se possa fazer um bom atendimento aos parentes indígenas. E, aproveito para dizer que fiz um texto informativo e estamos articulando uma vaquinha para colaborar com a ida dos Conselheiros a Curitiba”, resumiu. Acrescentando a fala da Conselheira de Saúde. A Conselheira Marize Guarani reforçou: “Estamos visitando as Aldeias, estamos aqui reunidos fazendo um levantamento das demandas das comunidades para sabermos sobre a real situação da saúde indígena.

Considerações Finais

Concluimos o presente trabalho, defendendo a permanência da ‘Aldeia Mata Verde Bonita’, na atual restinga em Maricá, a detrimento das promessas feitas pela prefeitura de Maricá e do Empreendimento Resort Maraney, que prometem um local melhor para o bem viver dos guaranis. Pois o território é sambaqui e os estudos e laudos antropológicos, já evidenciaram que o território ali onde estão, é território guarani. Embora como ficou evidenciados nas reuniões a problemas urgentes a serem resolvidos, como: A logísticas

para chegar na aldeia; A falta de água potável para beber; Estudo e vitalidade do solo para o plantio; Distribuição e trocas de sementes para o plantio de alimentos saudáveis; Instrumentalização da Escola com a Contratação de professores indígenas; Reforma da Escola; Piscicultura para criação de peixes; Ecoturismo em visitas guiadas para venda do artesanato; Coleta de plantas medicinais da APA, para preservação e utilidade; além de outros. Segundo as reuniões in loco nas aldeias: ‘Tekoa Ka’ Aguy Ovy Porã’, (Tekoa Ka’ Aguy Ovy Porã), em Maricá, apontado nas atas. O maior gargalo é a delimitação do Território para as duas aldeias. E para ter efetividade as políticas públicas. É necessário o envolvimento do Poder Executivo; Legislativo Local; Órgãos de fiscalização como: Meio Ambiente da Prefeitura de Maricá; INEA; Governo do Estado e a Sociedade Civil organizada. No momento atual nos deparamos com as Eleições em Outubro de 2022, o que pode tornasse um óbice, já que as autoridades alegam que não podem fazer nada por causa das eleições. Nas reuniões que fizemos nas Aldeias, com o CEDIND, vários outros pontos podemos destacar na Troca de Saberes com o guaranis, devido ao conhecimento adquiridos pelos Tiramoy: A educação milenar e de qualidade passados pelos antepassados, o que nos ajuda perceber o presente; Zelo e respeito a saúde espiritual adquirida na casa de Opy; E por último: Respeito a Juruá. E para que possamos usufruir dessa prática saudável: devemos ter a humildade de aprender com os guaranis, os ensinamentos de Nhandecy, nossa mãe. E para que essa escuta ativa consolide-se para a escuta ancestral, como disse Kaká Werá. Devemos ter a humildade de respeitar o reino vegetal; animal, mineral, pois, todos somos parentes; Que a hospitalidade ancestral dos povos sejam respeitadas; Que a solidariedade aos povos sejam uma constante, pois somos filhos na mãe terra e só um pai Nhanderú Etê; Que o princípio do Mutirun, mutirão, continue no DNA guarani de colaboração como princípio do bem viver dos povos. Finalizado, devemos lembrar que Nhanderú Etê guarda muitos segredos. E que eles só são revelados na casa de Opy, e pra isso temos que participar com a escuta ativa. Pois, é ali que ele conta os segredos e se manifesta ao pajé. Que por sua vez, ao invocar os Xondaros para as tarefas do dia, dia... no final do expediente Nhanderú Etê se apresenta com sua benção. E ao dormirem quando caem em sono, no outro dia, terem a certeza que a benção recebida é o antídoto para reexistência; Que sempre alerte dá necessidade da mudança de território para subsistência do grupo; O alerta para manter viva os desígnios da subserviência a Neandecy e Nhanderú Etê. Os guaranis sabem que viver na terra é um desafio diário, pois, doenças, mortes, violências e destruição, é uma constante. Daí a importância de estar com o coração aberto a Nhanderú Etê; Ouvir os Xeromöy os mais velhos, pois deles herdamos a educação que é passado de pai pra filho, neto, bisneto, tataraneto, em cadeia para as novas e futuras gerações. Que a Tekoa, modo de ser guarani continuem nos dias atuais: pois as mercadorias, quinquilharias, indústria bélica do branco, tem exterminados não só os seres vivos, como a própria terra. E neste momento que nos deparamos com uma guerra: subliminar, ‘cibernética’ de extermínios diários de corpos negros/indígenas. Precisamos romper com essa cultura da alienação que são fabricados diariamente pela mídia de Juruá. E não é fácil sair do isolamento para uma ação pragmática e de resultados. Dizem os positivistas do planalto, que o Brasil é de todos os brasileiros. Mas sabemos que não é, pois o povo continua marginalizado morando nas favelas sendo vítimas de balas achadas da polícia, milícia e tráfico. Se contrapor, falar o idioma próprio, não é pedir muito. Em um passado não muito longe, nos idos de 1497, a reforma pombalina, do Marques de Pombal, proibiu que os indígenas falassem seu idioma próprio, como forma de silenciá-los e dominá-los. E no presente não mudou muito

a política no Brasil. O etnocídio de ontem continuam nos dias atuais. O discurso agora é o Marco Temporal... Extermínios de corpos negros/indígenas com papo do mito da igualdade racial. E não é só. A ganancia por lucros para alguns a detrimento da maioria da população, é real. O fim do mundo não está longe, pois as nuvens de metal, fumaças das fabricas, chuvas ácidas que vem do céu, tem provocado desequilíbrio ecológico no planeta; Além das ‘pandemias e epidemias’ que tem dizimado um número significativo da população mundial. Como disse [Davi Copenawa](#): “Essas mesmas nuvens vão fazer o céu cair sobre as nossas cabeças e já caíam no passado sabemos. E cairá de novo, e por conseguinte: haverá poluição dos oceanos e rios; matança de peixes, animais marinhos e por último o próprio homem” concluiu.

Referências Bibliográficas

A Queda do Céu: Davi Copenawe e Bruce Albert
https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2017/08/davi_kopenawa_bruce_albert_-_a_queda_do_c_u.pdf

A Ética da Filosofia Kemética em Maat, e Intercessão da Cosmologia Indígena de Xapiri na Aldeia Maracanã. Reinaldo Cunha <https://www.aula.org.br/Editorias2019/Jornal-AULA/Jornal-2019-002-1.htm>

Em Maricá (RJ), Tribo usa idioma guarani para fortalecer cultura indígena
<https://nacoesunidas.org/em-marica-rj-tribo-usa-idioma-guarani-para-fortalecercultura-indigena/>

FUNAI estuda demarcação de duas aldeias indígenas no Rio.
<https://terrasindigenas.org.br/en/noticia/83143>

INEA –Instituto Estadual do Ambiente – Área de Proteção Ambiental de Marica:
<http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-deconservacao/apa-de-marica>

Movimento Ambientalista ganha recurso no STJ e APA de Maricá
<https://oeco.org.br/reportagens/movimento-ambientalista-ganha-recurso-no-stj-eapa-de-marica-permanece-intocave>

MPRJ, Defensoria e Associações Ambientais obtêm no STJ decisão que restabelece liminar que garante proteção da Área de Preservação Ambiental da Restinga de Maricá:
<https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhenoticia/visualizar/103705>

MPRJ, Defensoria e Associações Ambientais obtêm no STJ decisão que restabelece liminar que garante proteção da Área de Preservação Ambiental da Restinga de Maricá:
<https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhenoticia/visualizar/103705>

O Segredo dos Guaranis que ainda habitam o Rio; Emanuel Alencar e Ludmilla de Lima - <https://oglobo.globo.com/rio/o-segredo-dos-guaranis-que-ainda-habitamrio-12596252>

Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Nandeva Tekoha Jeivi: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/144094114/dou-secao-1-24-04-2017-pg-47>